



CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto

O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, no fornecimento de combustíveis necessários ao funcionamento dos serviços municipais durante o período de outubro de 2015 a Dezembro de 2016.

Artigo 2.º

Local e periodicidade de entrega dos bens

Os bens objecto do contrato serão entregues nos Armazéns Municipais sitos na Rua da Autonomia, n.º 5, 9960-431 Lajes das Flores e à medida das necessidades dos serviços municipais

Artigo 3.º

Prazo de validade do contrato

O contrato será válido pelo período de outubro de 2015 a Dezembro de 2016.

Artigo 4.º

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 60 dias a contar da data de entrega dos bens.
2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 10 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 10 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.

Artigo 5.º

Sigilo

A entidade adjudicante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade dos concorrentes.

Artigo 6.º

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7.º

Atrasos e penalidades

A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.

Artigo 8.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais do direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação por período superior a 30 dias úteis.

Artigo 9.º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Artigo 10.º

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - b) O caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 11.º

Bens a adquirir

Aquisição de combustíveis necessários ao funcionamento dos serviços municipais durante o período de outubro de 2015 a Dezembro de 2016, os quais serão fornecidos à medida das necessidades dos serviços.

Artigo 12.º

Tipo de combustíveis e quantidades a fornecer

TIPO	QUANTIDADE a) (em litros)
Gasóleo	135.000
Gasolina	6.000

Artigo 12.º

Obrigações principais do adjudicatário

1. O fornecimento será faseado ao longo do período do contrato e à medida das necessidades dos serviços municipais.
2. As entregas serão efetuadas nos Armazéns Municipais sitos na Rua da Autonomia, n.º 5, 9960-431 Lajes das Flores.
3. O adjudicatário terá de garantir condições de armazenamento e abastecimento das viaturas municipais, nos Armazéns Municipais, com a capacidade de pelo menos 18.000 litros.

- a)** As quantidades indicadas são meras estimativas, com base no consumo nos sete primeiros meses do ano de 2015, podendo pois as quantidades a adquirir no âmbito

da execução do contrato variarem para mais ou para menos, de acordo com as necessidades dos serviços municipais